



## DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE EMPRESAS É PRORROGADA POR DOIS ANOS POR BOLSONARO

Após reunião na manhã desta quinta-feira, 11, no Palácio do Planalto entre Bolsonaro, Paulo Guedes (ministro da Economia), Tereza Cristina (ministra da Agricultura) e representantes de sete setores produtivos do país, foi informado que a desoneração da folha de pagamento de empresas, prevista para acabar no final deste ano, será prorrogada até o final de 2023.

A desoneração beneficia as empresas porque reduz os encargos trabalhistas que são pagos por elas. Os setores, os que mais empregam no país, utilizam do argumento de que o benefício é uma forma de evitar o desemprego. A medida consiste em trocar os tributos sobre os salários dos empregados por uma alíquota sobre o faturamento. Hoje, essas empresas podem escolher: ou pagam 20% de contribuição previdenciária sobre os salários dos funcionários ou uma alíquota que vai de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto.

Entre os beneficiários estão setores da indústria (como couro, calçados, confecções, têxtil, aves, suínos), serviços (como TI, call center, hotéis), transportes (rodoviário de carga, aéreo), construção e outros.

Lembremos que, em 2011, a CUT foi contra a proposta do governo Dilma de desonerar a folha de 17 setores da economia em troca da promessa de "garantia do nível de emprego", jamais cumprida. As empresas usam o que deixam de pagar ao INSS para investir em "paraísos fiscais" e especulação, continuam a demitir, pois não há garantia de emprego, enquanto recursos do Tesouro, que faltam aos serviços públicos, cobrem o rombo.

*Com informações de CUT Brasil e UOL economia*

## COM FIM DO 'ORÇAMENTO SECRETO' PRESSÃO POPULAR NO CONGRESSO SE TORNA AINDA MAIS IMPORTANTE



Por 8 votos a 2 o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou nessa quarta-feira, 10, a suspensão da execução das chamadas emendas de relator. A decisão inviabiliza o 'orçamento secreto'. A manobra, sem qualquer transparência, vinha sendo usada como moeda de troca junta a base aliada para garantir votos no Congresso Nacional a projetos de interesse do governo Bolsonaro.

Utilizar verbas públicas para atacar direitos da população é um completo escárnio que precisa ser impedido. Votações de propostas como a PEC 23, dos Precatórios, e a PEC 32, da reforma Administrativa, podem ser impactadas nesse novo cenário.

A pressão vai continuar intensa. Essa é a 9ª semana de vigília em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados e de pressão nos principais aeroportos do Brasil que abordam deputados buscando votos contra a PEC 32. A intenção é ampliar e promover atos grandes ou pequenos, panfletagens, cafés da manhã em frente a casas de deputados por dezenas de municípios em todo o Brasil.

Via: @Condsef\_Fenadsef



Para saber mais acesse  
as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação  
 Coordenação: Afonso Barbosa e Lucy Mary Matos  
 Jornalistas: Camila Garcia (3357 CE) e Letícia Alves